



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Direito Processual do Trabalho
Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Regência: Pedro Madeira de Brito
Programa

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO À JUSTIÇA LABORAL

§1. A JUSTIÇA LABORAL ENQUANTO SISTEMA PROCESSUAL

1. Os conflitos e os litígios laborais
2. Meios de resolução dos litígios laborais: a perspetiva clássica
3. Da natureza dos conflitos às decisões estruturais
4. O sistema processual laboral

CAPÍTULO II – DIREITO PROCESSUAL LABORAL

§2. CARACTERÍSTICAS E AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

§3. FONTES

1. Evolução histórica da jurisdição laboral
 - 1.1. Os primórdios: os tribunais dos árbitros avindores
 - 1.2. Período intermédio: criação de uma ordem jurisdicional especial
 - 1.3. O período atual: integração na ordem judicial comum
 - 1.4. Os períodos históricos na perspetiva da organização judiciária, do regime processual e do tipo de litígios submetidos à jurisdição laboral
2. Fontes atuais

§4. SISTEMAS DE JUSTIÇA LABORAL ESTRANGEIROS

1. Sistema alemão de resolução judicial de conflitos de trabalho
2. Sistema brasileiro de resolução judicial de conflitos de trabalho
3. Sistema espanhol de resolução judicial de conflitos de trabalho
4. Sistema francês de resolução judicial de conflitos de trabalho
5. Sistema italiano de resolução judicial de conflitos de trabalho



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. Análise comparativa

CAPÍTULO III – ELEMENTOS DO SISTEMA PROCESSUAL LABORAL

§5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCESSO DO TRABALHO

1. Premissas
2. A organização judiciária do trabalho
3. Processo do Trabalho Internacional

§6. MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS LABORAIS
91

1. Tipos de conflitos e meios de resolução extrajudicial
2. A resolução extrajudicial de conflitos individuais
 - 2.1 Arbitragem de litígios laborais individuais
 - 2.2 Mediação e conciliação de litígios laborais individuais
3. Resolução extrajudicial de conflitos coletivos; conciliação, mediação e arbitragem
 - 3.1 Âmbito
 - 3.2 Arbitragem de conflitos coletivos
 - 3.3 Conciliação e Mediação de conflitos coletivos
 - 3.4 Arbitragem sobre serviços mínimos

§7. CONTRAORDENAÇÃO LABORAIS. PROCEDIMENTOS E PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO.

1. Âmbito e competência
2. Fase administrativa
3. Fase judicial

§8. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO LABORAL

CAPÍTULO IV – PROCESSO DO TRABALHO

§9. AS REGRAS APLICÁVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO

§10. ESPECIFICIDADES DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Generalidades
2. Capacidade judiciária



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Patrocínio judiciário
 4. Legitimidade
 - 4.1 Regras especiais de legitimidade laboral
 - 4.2 Em especial a legitimidade das associações sindicais
 - 4.3 Legitimidade do Ministério do Público
 5. Competência
 - 5.1. Competência internacional
 - 5.2. Competência interna
 - 5.3. Competência convencional
 - 5.4. Extensão da competência
- §11. SINGULARIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS LABORAIS E DA INSTÂNCIA LABORAL

1. Dos atos processuais
 - 1.1. Atos específicos regulados no CPT
 - 1.2. Natureza e função do Ato Conciliatório
2. Da instância processual laboral

§12. COMPOSIÇÃO PROVISÓRIA DA LIDE

1. Procedimentos cautelares laborais
 - 1.1. Considerações gerais sobre tutela provisória laboral
 - 1.2. Procedimento cautelar laboral comum
 - 1.3. Procedimentos cautelares especificados
 - 1.3.1. Procedimento cautelar de suspensão de despedimento
 - 1.3.2. Providência cautelar para proteção da segurança e saúde no trabalho
- 1.4. A inversão do contencioso no processo laboral
2. Procedimentos cautelares laborais oficiosos: em especial a suspensão do despedimento
 - 2.1 Considerações gerais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.2 Procedimento cautelar oficioso de suspensão do despedimento no âmbito da ação de reconhecimento da existência e regularidade do contrato de trabalho

2.3 Procedimento cautelar oficioso de suspensão do despedimento de trabalhador com contrato de trabalho

3. Procedimentos cautelares especificados previstos no CPC aplicáveis no processo do trabalho

§13. FORMAS DO PROCESSO DECLARATIVO

§14. PROCESSO DECLARATIVO COMUM

1. Considerações gerais

2. Articulados

3. Gestão Processual e atos específicos de instrução

4. Audiência Final e Sentença

§15. PROCESSOS ESPECIAIS

1. Ação de impugnação da regularidade e licitude do despedimento

1.1. Considerações gerais

1.2. Âmbito de aplicação

1.3. Pluralidade de partes

1.4. Fase pré-articulados

1.5. Fase dos Articulados

1.6. Termos subsequentes aos articulados: remissão para a tramitação comum

1.7. Pagamento pelo Estado de retribuições intercalares

1.8. Valor da causa

2. Processos emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional

2.1. Considerações gerais

2.2. Âmbito de aplicação

2.3. Processo especial para efetivação de direitos resultantes de acidente de trabalho



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.4. Processo para declaração de extinção de direitos resultantes de acidente de trabalho
- 2.5. Processo para efetivação de direitos de terceiros conexos com acidentes de trabalho
- 2.6. O processo para efetivação de direitos resultantes de doença profissional
3. Processo de impugnação do despedimento coletivo
 - 3.1. Considerações gerais
 - 3.2. Âmbito de aplicação
 - 3.3. Natureza da pluralidade de partes
 - 3.4. Articulados
 - 3.5. Audiência prévia e termos subsequentes
4. Processo do contencioso de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores
 - 4.1. Considerações gerais
 - 4.2. Âmbito de aplicação
 - 4.3. Tramitação
5. Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas
 - 5.1. Âmbito de aplicação
 - 5.2. Legitimidade
 - 5.3. Tramitação
 - 5.4. Valor do Acórdão do STJ
6. Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas
7. Tutela da personalidade do trabalhador
 - 7.1. Âmbito de aplicação
 - 7.2. Tramitação
8. Igualdade e não discriminação em função do sexo.
9. Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho
 - 9.1. Considerações gerais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 9.2. Âmbito de aplicação
- 9.3. Fase administrativa prévia: intervenção da ACT
- 9.4. Tramitação
- 9.5. Efeitos da sentença
- 9.6. Valor da causa
- 9.7. Características da ação

§16. RECURSOS EM PROCESSO DO TRABALHO

§ 17. EXECUÇÕES EM PROCESSO DO TRABALHO

CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS DO SISTEMA PROCESSUAL LABORAL

§18. PRINCÍPIOS DE PROCESSUAIS LABORAIS E O DIREITO SUBSTANTIVO

§19. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

- 1. Efetividade do acesso do trabalhador ao direito e aos tribunais do trabalho
- 2. Papel do Ministério Público no processo do trabalho
- 3. Competência e tutela do trabalhador
- 4. Deveres de gestão processual do juiz laboral e o inquisitório
- 5. A condenação extra vel ultra petitum como garantia da irrenunciabilidade dos direitos do trabalhador
- 6. Conformação oficiosa da instância e tutela da posição do trabalhador
 - 6.1 Na instância laboral declarativa
 - 6.2 Na execução laboral
- 7. A prova em processo do trabalho
- 8. Tutela provisória e antecipada nos processos especiais
- 9. A garantia de recorribilidade e efeitos dos recursos
- 10. O valor da ação: afloramentos da justiça de baixo custo

§20. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DO COLETIVO

- 1. Regras especiais da legitimidade
- 2. Apensação oficiosa de ações



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Competência, pluralidade de partes e apensação de ações na ação de despedimento coletivo
4. Caso julgado em situações especiais
5. Valor do acórdão do STJ nas ações de anulação e interpretação de cláusula de convenções coletivas de trabalho

§21. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE LABORAL

1. Delimitação
2. Legitimidade do Ministério Público
3. Providência cautelar de proteção da segurança e saúde no trabalho
4. Ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho
5. Ainda a condenação extra vel ultra petitum